

Galvêas diz que FMI concedeu o *waiver*

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, falando do seu gabinete no Rio, informou que "a diretoria do FMI (Fundo Monetário Internacional) reuniu-se ontem para examinar a solicitação brasileira de **waiver** com relação ao exercício encerrado em 1983 e a aprovou". A questão do **waiver** — acrescentou o Ministro — está liquidada, o que em termos práticos significa que podemos sacar já na próxima quinta-feira a primeira **tranche** do Fundo, no valor de aproximadamente US\$ 400 milhões".

A quinta carta de intenção do Brasil ao Fundo, disse Galvêas, "está sendo ultimada e possivelmente será enviada ao gerente-geral do Fundo, Jacques de Larosière, na próxima semana, e simultaneamente será encaminhada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados". O exame e avaliação da carta pelo **board** do Fundo porém, informou o Ministro, só deverá ser feito em abril.

Quanto à vinda de uma nova missão do Fundo ao Brasil para avaliar o desempenho da economia no próximo trimestre, Galvêas informou que "ela só ocorrerá em agosto"; até lá — acrescentou — "continuaremos em estreito contato com os departamentos técnicos e o gerente-geral do Fundo".

Esta carta, informou o Ministro, "não inova nada com relação ao programa anterior. Ela vai ter mais ou menos 15 páginas e é basicamente uma carta descritiva, onde fazemos um relato do que aconteceu à economia brasileira no período que transcorreu desde a aprovação do programa brasileiro, em fevereiro de 1983, até o final do ano passado".

Segundo Galvêas, "a carta se inicia reiterando que os objetivos do programa são a estabilidade in-

terna e externa e o fortalecimento do balanço de pagamentos. "O que se pretende, disse ele, é reduzir a curto prazo os desequilíbrios internos e externos que o país enfrenta. E a médio prazo produzir mudanças em níveis estruturais que permitam o retorno às taxas elevadas e sustentáveis de crescimento econômico de emprego".

Consta da carta, disse o Ministro, um relato de todos os fatores que afetaram adversamente a economia brasileira no ano passado e também o modo como o Brasil conseguiu superar essas dificuldades. Galvêas destacou que "o déficit em transações correntes foi reduzido de US\$ 15 bilhões, aproximadamente, em 1982, para cerca de US\$ 7 bilhões no final do ano passado. Essa redução foi possível, em grande parte, salientou, graças ao superávit obtido na balança comercial de US\$ 6,5 bilhões em 1983".

O Ministro informou, também, que "descreve detalhadamente" as medidas e os resultados alcançados nas áreas da política fiscal e monetária, e dá destaque para as conquistas feitas com relação à redução do déficit público. Este déficit, disse ele, "que estava em quase 6% em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) em 1982, foi reduzido para 2,5% em 1983, e segundo reafirmamos na carta, é intenção do Governo brasileiro caminhar nesse sentido para alcançar um ligeiro superávit de 0,3% com relação ao PIB no final deste ano".

"E com relação à área do Governo Federal — continuou Galvêas — o déficit operacional foi eliminado e as empresas estatais apresentaram um déficit de cerca de 1,9%, enquanto que as áreas dos Estados e municípios este déficit ficou em 1,3% do PIB. Para o próximo ano

ficou estabelecido — disse ele — que o déficit das estatais caia para 1,2% e dos estados e municípios seja zerado".

Galvêas reafirmou que ficou mantida na carta de intenções a paridade entre as correções monetária, cambial e a inflação medida pelo IGP (Índice Geral de Preços) ajustado. "Esse compromisso de manter a monetária cambial em compasso com a taxa de inflação ajustada continua sendo compromisso do Brasil".

O desempenho da política monetária, cuja expansão da base (dinheiro que o Governo emite) ficou em cerca de 90% no ano passado, foi também colocado na carta, disse Galvêas, "constituindo um resultado muito satisfatório". "Reafirmamos na nova carta — informou — a intenção de manter a política monetária com rigoroso controle da expansão do crédito para chegar ao final do ano com um resultado de 50% de crescimento na base e nos meios de pagamento" (depósitos à vista em rede bancária mais moeda em poder do público).

A carta também faz referência ao atraso da entrada da parcela de US\$ 3 bilhões do empréstimo-jumbo que só agora começa a ser liberado. "Em função deste atraso, alguns resultados, como as reservas internacionais, a dívida externa e o crédito interno líquido das autoridades monetárias tiveram que ser revistos". E finalmente — concluiu o Ministro — "a carta reafirma a intenção do Governo em obter um superávit de US\$ 1 bilhão no balanço de pagamentos ao final deste ano e dessa forma — acrescentou — caminhar na direção de reduzir a dependência da economia brasileira dos empréstimos internacionais".